

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP**  
**ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS – EPPEN**

**IVAN BETINAS GUTIERRE DA COSTA RAMOS**

**Estado de Bem-Estar social na Europa: um balanço teórico**

**OSASCO**

**2022**

IVAN BETINAS GUTIERRE DA COSTA RAMOS

**Estado de Bem-Estar social na Europa: um balanço teórico**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
São Paulo como requisito parcial para  
obtenção do grau em Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Alessandra  
Tessari

OSASCO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco, CRB-8: 3998,  
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R175e RAMOS, Ivan Betinas Gutierre da Costa  
O Estado de Bem-estar Social na Europa: um balanço teórico  
/ Ivan Betinas Gutierre da Costa Ramos. - 2020.  
53 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -  
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,  
Economia e Negócios, Osasco, 2020.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Alessandra Tessari.

1. Bem-estar social. 2. Anos dourados. 3. Capitalismo. I.  
Tessari, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudia Alessandra, II. TCC -  
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330.126



Formulário III		
AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA FINAL		
Aluno: IVAN BETINAS GUTIERRE DA COSTA RAMOS		
RA: 123233		
Email: ivangutierre1997@gmail.com		
Título da Monografia Final: Estado de Bem-Estar social na Europa: um balanço teórico		
Orientador: Cláudia Alessandra Tessari		
Banca Examinadora:	Nota	Assinatura:
Fábio Alexandre dos Santos	8,0	
Cláudia Alessandra Tessari	8,0	
Frequência	Média final: 8,0	
Local e data: Osasco, 04 de agosto de 2022		
Assinatura do Orientador:		

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente aos meus pais, Mauro e Valdivia que me permitiram me qualificar para adentrar a Universidade Federal.

Aos meus irmãs, Flávia e Fernanda, que sempre estiveram me apoiando em toda a minha caminhada.

A todo o corpo docente de Ciências Econômicas da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, especialmente à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Alessandra Tessari que aceitou o convite para me auxiliar nesse processo e pela paciência por ser minha orientadora em todo esse período.

E por fim, aos meus amigos, em especialmente o Gustavo, que por mais que o tempo passe as memórias de experiências vividas serão eternamente guardadas.

## RESUMO

O objetivo dessa monografia é estudar o Estado de bem-estar social como um possível instrumento para a perpetuação da acumulação de capital durante períodos de instabilidade econômica mundial. O Estado de bem-estar social, conhecido como Welfare State, surgiu no período do pós-guerra. Foi implantado um conjunto de ações/decisões voltadas diretamente à sociedade com o intuito de fornecer os mínimos direitos econômicos e civis. Um Estado benfeitor que permitiria a sua sociedade garantias mínimas de igualdade e equidade. O trabalho demonstra que a implementação de regimes de Estado de bem-estar social se mostrou importante, e relevante, para o contexto social e econômico, permitindo por ele à sociedade obter uma melhora de índices como PIB (Produto Interno Bruto), PIB per capita, desconcentração de renda, escolarização, diminuição do desemprego e diversos outros fatores. A melhoria desses indicadores, por sua vez, indicaram a possibilidade da manutenção e expansão da acumulação capitalista e, portanto, a manutenção desse sistema.

**Palavras-chave: Estado de bem-estar social, Anos dourados e Capitalismo**

## **ABSTRACT**

The objective of this monograph is to study the welfare state as a possible instrument for the perpetuation of capital accumulation during periods of global economic instability. The welfare state, known as the Welfare State, emerged in the post-war period. A set of actions/decisions aimed directly at society was implemented with the aim of providing the minimum economic and civil rights. A benefactor State that allows its society minimum guarantees of equality and equity. The work demonstrates that the implementation of welfare state regimes proved to be important, and relevant, for the social and economic context, allowing society to obtain an improvement in indices such as GDP (Gross Domestic Product), GDP per capita, income deconcentration, increase in schooling, decrease in unemployment and several other factors. Improvement of these indexes that become fundamental so that the maintenance of the capitalist system could be perpetuated.

**Keywords: Welfare State, Golden Years and Capitalism**

## SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Estado de Bem-Estar Social em um mundo pós-guerra.....	3
3. Estado de Bem Estar Social: contextualização e possíveis motivos para sua adoção.....	13
4. Estado de Bem Estar Social: diferenças e categorizações.....	20
5. Estado de Bem Estar Social: dados e contribuições.....	30
6. Conclusão.....	42
7. Referência Bibliográfica.....	44



## LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1 - Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)	30
2. Tabela 2 - Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias).....	31
3. Tabela 3 - Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias).....	32
4. Tabela 4 - Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias).....	32
5. Tabela 5 - Crescimento do PIB (%) e PIB per capita (US\$) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias).....	33
6. Tabela 6 - Variação de PIB per capita (US\$) – 1980 - 2007.....	33
7. Tabela 7 - Índice de Gini – 2000-07 (médias).....	34
8. Tabela 8 - Variação do Índice de Gini após a aplicação de tributos e transferências – 2000-07.....	34
9. Tabela 9 - Taxa de pobreza (%) – 2000-07 (médias).....	35
10. Tabela 10 - Gasto em instituições de ensino (% do PIB) – 2000-08 (médias).....	36
11. Tabela 11 - Matrículas em instituições públicas (% do total) – 2000-07 (médias).....	37
12. Tabela 12 - Auxílio financeiro estudantil (% do gasto público em ensino superior) – 2000-2007 (médias).....	38
13. Tabela 13 - Taxa de desemprego (%) e taxa de emprego (%) – 1990-99 e 2000-07 (médias).....	39
14. Tabela 14 - Composição do financiamento dos serviços de saúde (% do total) – 2000-07 (médias).....	40

<b>15. Tabela 15 - Mortalidade infantil (por 1000) e expectativa de vida (anos) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias).....</b>	<b>40</b>
--	-----------

## 1 Introdução

Essa monografia estuda os Estados de bem-estar social constituídos no continente europeu após o fim da Segunda Guerra Mundial. O objetivo foi fazer um balanço teórico e bibliográfico procurando entender os diferentes “tipos” de estados de bem-estar foram constituídos, suas motivações e principais características. O trabalho também teve a intenção de analisar os principais resultados sociais e econômicos vivenciados pelos países que adotaram esse regime político-econômico.

O trabalho inicia-se com o capítulo chamado “Estado de Bem-Estar Social em um mundo pós-guerra”. Nesse capítulo é relatado o contexto econômico pós Segunda Guerra Mundial com o objetivo de descrever o momento em que a economia global se encontrava. A maior interrelação entre as economias se tornou um dos fatores relevantes. As cadeias produtivas cada vez mais interligadas foi apenas mais um dos fatores que demonstraram a necessidade de interdependência dos países com relação a insumos, tecnologia e mão de obra especializada e que juntamente com plano de investimento e acordos econômicos, Plano Marshall e GATT, colaboraram para que o economia mundial pudesse vivenciar os chamados anos dourados. Período que foi palco da expansão de novas tecnologias, empresas multinacionais e um cenário econômico favorável a superávits de orçamentos governamentais, esses que estariam posteriormente relacionados à formação dos chamados Estado de Bem-Estar Social.

Após a contextualização, o próximo capítulo, intitulado “Estado de Bem Estar Social: contextualização e possíveis motivos para sua adoção” teve como objetivo relatar as principais motivações e objetivos para a adoção do Estado de Bem-Estar Social, nas potências econômicas europeias que o adotaram. Utilizando como base diferentes autores que, por sua vez, se baseiam em diferentes contextos identitários. O capítulo não tem como função confrontar as conclusões demonstradas pelos autores, mas evidenciar o quão complexo é generalizar os motivos que levaram ao surgimento do Estado de Bem-Estar Social. A obra principal utilizada nesse capítulo foi Arretche (1995), que apoiando-se em Esping-Andersen (1985), Silva (1995) e Offe (1994) permitiu

uma reflexão sobre os motivos quando analisadas diferentes esferas no meio capitalista e o surgimento das primeiras categorizações de Estado de Bem-Estar Social.

As categorizações serão explicadas posteriormente no capítulo “Estado de Bem Estar Social: diferenças e categorizações”. A primeira obra analisa foi de Esping-Andersen (1991), quem primeiro organizou os diferentes “tipos” de estados de bem-estar social em “categorias”, sendo elas: liberal, conservador e social-democrata. Cada uma das categorizações foi criada pelo autor com relação ao objetivo das ações que se dispôs aquele determinado país analisado, seu motivo e a estrutura social encontrada. Posteriormente, no texto de Wolf (2016), as categorizações vão reaparecer, porém com uma denominação diferente, onde o liberal será o anglo-saxão, o continental será o conservador e o social-democrata se tornará o escandinavo. É importante salientar que novamente esse capítulo não tem como objetivo confrontar as categorizações utilizadas pelos autores, mas demonstrar que usadas conjuntamente, elas podem colaborar para o melhor entendimento dos diferentes “modelos” de estados de Bem-estar social.

Após o conhecimento das categorizações, é no capítulo “Estado de Bem Estar Social: dados e contribuições” que analisaremos as informações encontradas na obra de Wolf (2015) para concluir os resultados da implantação dos modelos de Estado de Bem-Estar Social (dados como: PIB, *pib per capita*, desemprego, escolaridade e expectativa de vida). Os dados encontrados não necessariamente atribuem a análise para o mesmo período, sendo eles distribuídos dos anos de 1970 até 2007. Isso ocorre, pois determinados índices (como por exemplo o índice de GINI) não são mensuráveis em determinados períodos. Caso, por exemplo, fosse o objetivo do trabalho analisar um espaço temporal específico existiria uma defasagem de informações, dado que nem todas se enquadrariam, o que não é objetivo. Com os dados analisados, passa-se para as considerações finais, que vão salientar que a formação do Estado de Bem-Estar Social foi relevante para uma melhora de indicadores econômicos e sociais, que por consequência influenciaram de forma indireta na contribuição para a perpetuação do sistema capitalista.

## 2 Introdução ao Estado de Bem-Estar Social em um mundo pós-guerra

Após o término da Segunda Guerra, 1945, a economia mundial se viu em uma situação diferente da qual se encontrava até então. Nos 30 anos, aproximadamente, que se passaram pós 1945, houve uma melhora substancial em todo o contexto capitalista, época que veio a se chamar “Era de Ouro (anos dourados) do Capitalismo”.

A “Era de Ouro” pode ser generalizada para o contexto econômico mundial. O PIB (Produto Interno Bruto) quando analisado de forma geral, no que diz respeito à economia global, apresentou as melhores taxas anuais médias de crescimento da história, durante o período de 1950-1973. Nesse período, a economia global apresentou 4,9% de crescimento médio, destacando-se 6% de crescimento da Ásia e Oceania, 4,7% da Europa Ocidental e 4,7% do Leste Europeu (Maddison 1995, citado por Saes & Saes, 2013, p. 432).

É importante ressaltar que os Estados Unidos lideraram esse processo de expansão, porém os anos gloriosos representaram para sua economia apenas uma continuidade das taxas de crescimento que haviam presenciado no período durante a segunda guerra. Devido a mudanças institucionais, como Bretton Woods e Plano Marshall (assuntos que serão tratados posteriormente) foi possível através de uma base sólida econômica, os EUA desenvolverem e impulsionarem o crescimento dos países “capitalistas desenvolvidos”, grupo majoritariamente de países europeus. Quando se analisa as taxas anuais médias de crescimento, em porcentagem, do Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per capita durante os anos de 1950 – 1973 nota-se que os EUA obtiveram a segunda menor taxa de crescimento de PIB (3,9%) em comparação à Alemanha Ocidental (6%), França (5%) e Itália (5,6%), perdendo apenas para o Reino Unido (3%), considerado o pior crescimento do PIB per capita (2,4%) (Maddison,1995, citado por Saes & Saes, 2013, p. 441 – 442).

Em contrapartida quando analisamos o contexto de exportação de bens de consumo, os EUA se tornaram um país extremamente relevante. Jeffy A. Frieden (2008) cita que na década de 1950 já existiam 40 milhões de carros

circulando nas ruas da Califórnia, cenário esse que viria a se tornar realidade no contexto europeu 20 anos depois, onde o número de veículos aumentou de 1,5 milhão para 14,5 milhões na França e de 500 mil para 17 milhões na Alemanha. O autor reflete sobre o fato que diversos outros produtos vieram a estar presentes no dia-a-dia do europeu, como geladeiras e máquinas de lavar. É possível entender que a diferença do padrão de consumo europeu diminuiu drasticamente quando comparado com o estadunidense em um período muito curto. O cenário não se restringe única e exclusivamente ao mercado europeu. A reflexão aborda também o mercado japonês onde o autor retrata que a quantidade de produtos comercializados era duas a três vezes maior na década de 1950 do que no período entreguerras. Um dos exemplos de sucesso de empresas orientais que viriam a surgir devido ao contato com produtos americanos foi a Sony (Frieden, 2008). A empresa foi criada em 1948, mas seu primeiro produto não fez sucesso sendo ele uma máquina de lavar. Nos anos seguintes, a Sony focou em reproduzir a tecnologia norte-americana, começando por gravadores, e em 1955 já produzia o conhecido “rádio de bolso”. Sua sucessão de casos de produção de tecnologia de sucesso se deu devido ao contato com produtos feitos pelos norte-americanos.

A importância do EUA com relação à economia mundial ia muito além da sua capacidade produtiva diretamente, mas também, indiretamente, à solidificação de uma moeda forte como o dólar. A conferência de Bretton Woods, gerando o sistema de Bretton Woods, criado em 1944 possibilitou uma certa estabilidade monetária. Essa estabilidade não se diz necessariamente a um caráter de solidez da economia, no sentido de ser inflexível, mas sim a um mecanismo que permitiu aos países ter uma relação de moeda local versus dólar (taxa de câmbio) bem pouco flexível. O sistema de Bretton Woods permitia aos países atenderem suas demandas internas, sejam elas o desemprego ou a inflação, sem que sofressem com a questão de movimentação de capital especulativo (Frieden, 2008).

Como afirmado por Jeffry A. Frieden (2008, p.242), com o objetivo de controlar o desemprego a Itália e França optaram na década de 1960 por juros que fossem menores ao da Alemanha. Cenário esse que em um ambiente de câmbio fixo os investidores optariam pela lucratividade alemã. Porém, com o

controle em relação a investimentos internacionais de curto prazo (também uma consequência do acordo de Bretton Woods), controle esse feito a base de proibições e cobranças, os países possuíam liberdade de adaptação de sua moeda às necessidades locais sem que isso afetasse diretamente o investimento na cadeia produtiva. Outra consequência do controle de capital de curto prazo e das taxas de câmbio, como relata Jeffy A. Frieden (2008), foi a questão de que o investimento tomou a forma predominante de investimento direto estrangeiro por meio do crescimento das multinacionais. Essa possibilidade tornou cada vez mais real uma economia mundial s interligada e congruente em diversos setores. Em 1950 o investimento em maquinário se tornava duas vezes maior que o investimento em carteira, como relata o autor.

Tendo em vista que, em um cenário pós-guerra a preocupação do desenvolvimento dos países europeus e Japão, isso pois as moedas dos países mencionados eram consideradas desvalorizadas, cenário que viria a ser revertido com o crescimento e impulsionamento das economias em questão, a alternativa para o caso apresentado foi o surgimento do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e FMI (Fundo Monetário Internacional), como descreve Jeffy A. Frieden (2008).

Um dos pontos chave para a questão do crescimento global foi a liberação do comércio mundial, destaque para o GATT (Acordo Geral para Tarifas e Comércios). Jeffy A. Frieden (2008, p. 239) relata que a assinatura de cem mil acordos de 45 tarifas feitos em abril de 1947, acordou a diminuição de 1/3 das tarifas, desta forma, era naquele instante decretado o início de acordos não discriminatórios entre países. Com as mesmas condições comerciais estabelecidas entre países, o comércio mundial se expandiu devido à queda acentuada das barreiras comerciais até então estabelecidas. Com a introdução do acordo, o comércio mundial cresceu de forma espantosa depois de 1950, o volume do comércio mundial dobrava a cada 10 anos. Apesar desse crescimento exorbitante, continuou a existir alguns empecilhos em relação ao GATT, os produtos agrícolas e serviços não entraram em pauta e os países que dependiam em maior escala desses setores optaram por estratégias protecionistas, como ressalta o autor.

Saes & Saes (2013) descrevem as derivações desses organismos internacionais fundados no contexto de Bretton Woods, que posteriormente iriam fomentar a criação da ONU, onde se encontraria posteriormente a UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural), FAO (Organização para Cultura e Alimentação), OMS (Organização Mundial de Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Todos esses organismos foram criados como uma tentativa, de forma externa, de remediar questões políticas/sociais no contexto global. Denota assim a importância com relação ao passado histórico, existia um receio por parte do que havia ocorrido na segunda guerra mundial e como isso afetou a economia em escala global. Outro ideal a ser defendido com a criação das organizações se baseava no fato de que só assim seria possível alcançar objetivos econômicos que a ação por si só do mercado não permitiria, isso inclui conflitos de interesses próprios, principalmente em assuntos que abrangiam tarifas comerciais.

Outro fator que marca o período é o planejamento estatal. A importância das ideias de planejamento estatal se expandiu por toda Europa. Diversos países optaram por regular suas atividades econômicas, não em um âmbito impositivo, mas contra as ideias liberais até então vistas. A necessidade de intermediar era evidente em comparação com o que havia ocorrido no cenário macroeconômico do pós-guerra. O “Keynesianismo” começava se tornar uma linha a ser seguida tendo em vista a forma pela qual o EUA se mantiveram em crescimento mesmo pós 1945. Ideias essas que seriam alaistradas na Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, França e resto da Europa, que são tratadas por Saes & Saes (2013).

Na França houve uma necessidade sistêmica de cultura ao planejamento, como informa Saes & Saes (2013). Essa ideia se inicia previamente antes da Segunda Guerra, com a “nacionalização” de empresas em alguns setores, citado o setor de ferrovias. Com o fim da segunda guerra a onda de estatização cresceu, se expandindo para setores de energia, seguros, bancários e empresas industriais. O autor refere que 20% de toda a produção industrial passou a ter controle do Estado. Porém, em 1947 com a saída dos Partidos socialistas e comunistas, o Estado viu uma oportunidade de optar pela



questão de controle no âmbito de planejamento, optando por um Comissariado de Planejamento, unindo com eficiência o governo e o setor privado. O objetivo da união era viabilizar movimentos anticíclicos da economia, promovendo a capacidade produtiva (Saes & Saes, 2013, p.446 – 447). Esses foram os primeiros princípios que nortearam o planejamento econômico, focado para a cadeia produtiva. A Grã-Bretanha também assimilou uma proposta de intervenção do Estado em diversos setores como energia, transporte, carvão e infraestrutura. Um total de 20% da indústria passou a ser do controle do Estado. Durante os anos dourados, parte das indústrias sofreram um processo de desnacionalização, mas não houve intuito de retorno ao livre mercado nesses sistemas específicos. O mesmo ocorreu para o resto da Europa que praticava posturas anticíclicas com participação efetiva do Estado na economia, como por exemplo Suécia, Holanda, Áustria e Bélgica (Van der Wee, 1987, citado por Saes & Saes, 2013).

É necessário levar em consideração um dos principais pontos para a reestruturação da Europa no período do pós-guerra. O principal deles se denomina de “Plano Marshall”. Plano Marshall se caracterizou como uma ajuda financeira dos EUA para o continente europeu e Japão, com o objetivo de reestruturar a economia desses países. A existência do Plano Marshall baseou-se em uma estratégia de crescimento econômico na tentativa política de afastar as ideias socialistas que vinham se alastrando pela Europa. Jeffry A. Frieden (2008. p. 224) vai relatar em questões numéricas que o Plano Marshall representou cerca de 5% do PIB norte-americano, totalizando US\$10 bilhões aproximadamente como assistência emergencial para o fator de reconstrução.

A inclusão do Plano Marshall foi fundamental no contexto da Guerra Fria, não somente para a reconstrução da Europa, mas também como intuito de evitar o crescimento dos ideais socialistas que se alastravam por todo o mundo. Os países socialistas no início levaram vantagem com relação ao crescimento econômico, na década de 1950 a URSS apresentou o maior crescimento em relação a qualquer outro país ocidental considerado (Hobsbawm, 1995, p. 204). Com os ideais socialistas se solidificando e conquistando cada vez mais países, os EUA, centro da reconstrução

econômica mundial, se viu impulsionado a investir, principalmente, na economia europeia.

O investimento na reconstrução teve reflexo em toda a sociedade, desde a inclusão de novas tecnologias até o mercado de trabalho e sua estrutura. Hobsbawm (1995) identifica três pilares essenciais dessa revolução.

O primeiro pilar se resume à evolução da tecnologia no quesito de aparelhos. Essa invenção afetou todas as economias presentes, desde países desenvolvidos, países em desenvolvimento e até as remotas comunidades indígenas. A inclusão de rádios, geladeiras, calculadoras, freezers e até comidas alteradas com conservantes e corantes (com o objetivo de alterar o paladar) se tornaram de fácil acesso à sociedade. Hobsbawm (1994, p. 207) relata que justamente nessa época ocorreu o surgimento das comidas chamadas de junk food, em especial os fast foods (o sucesso do McDonalds começaria a ocorrer naquele momento). Com um novo padrão de alimentação a população mundial aderiu cada vez menos a alimentos saudáveis, em aspecto mais preciso, alimentos orgânicos. A forma pela qual essas novas invenções se alastraram em todo o globo é definida pela sua capacidade de portabilidade e rapidez, ou seja, com produtos mais portáteis, por exemplo calculadoras e relógios digitais, e quando falamos de alimentos, mais rápidos de serem produzidos, levando em consideração que a comida orgânica necessita de mais tempo e um cultivo especializado. O fácil acesso permitiu a todos um primeiro contato do que seria no futuro uma rotina no contexto social e global.

O segundo pilar determinado por Hobsbawm (1994, p. 209) se refere à cadeia de produção. Produtos mais tecnológicos necessitam de pesquisa, especialização de mão de obra e conhecimento mais profundo. A complexa cadeia de produção fez com que os países desenvolvidos saíssem na frente dos demais, isso pois eles possuíam em média mil cientistas para cada um milhão de habitantes, enquanto o Brasil (exemplo de país subdesenvolvido) possuía 250 cientistas para cada um milhão. (UNESCO, 1985 citado por Hobsbawm 1994, p. 209). Com produtos cada vez mais sofisticados e tecnológicos existia uma necessidade de investimento no capital envolvido. Os maquinários ficavam cada vez mais tecnológicos e com isso surgia a

necessidade de investimento em mão de obra especializada. Outro ponto importante, citado pelo autor, é sobre a evolução da farmacologia, os países desenvolvidos entenderam que poderiam ganhar fortunas com novas patentes, com isso, os investimentos para o surgimento de novos remédios e medicamentos foram cada vez maiores.

No terceiro pilar é evidenciada a questão de que com a mecanização das linhas de produção era evidente que o mundo presenciasse um maior nível de desemprego, dado que não havia mais necessidade de tanta mão de obra. Porém, não foi isso que ocorreu. Com investimento e a internacionalização das indústrias, necessitou cada vez mais de mão de obra, mão de obra essa que se direcionou do campo para a cidade. A previsão a longo prazo é de que o consumidor se tornasse peça chave apenas para o consumo de produtos, tendo toda a cadeia de produção automatizada. Essa previsão por si só não teria sustentado a engrenagem econômica, mas no período estudado o mercado pode notar uma maior cadeia produtiva tecnológica com um desemprego menor.

É necessário citar como complemento dos pilares de Hobsbawm (1994) a questão da existência dos centros chamados “offshores”. A internacionalização da economia era uma forma contundente de se evitar controle nacional sobre as empresas que surgiam e se instalavam nos centros capitalistas, como discorre Hobsbawm (1994. p. 218). Esses centros tinham como objetivo permitir aos empresários que evitassem o pagamento de tributos pois eles registravam as empresas em países que permitiam uma menor fiscalização. Desta forma, muitas empresas apresentaram um balanço, durante a época, extremamente positivo.

É possível notar com as 3 hipóteses formuladas por Hobsbawm (1994) que a maior engrenagem do capitalismo se chamava “consumo” e, sendo ele, a partir daquele momento, majoritariamente formado por bens não mais de primeira necessidade, ele poderia crescer e ser “administrado” pelas novas técnicas de marketing copiadas das empresas norte-americanas. De acordo com J. K. Galbraith (1967. p. 24), citado por Hobsbawm (1994):

“Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração”.

Entendendo a necessidade de se manter o consumo era necessário garantir assim a diminuição dos índices de pobreza e desigualdade. Isso pois, quanto menor renda o indivíduo gastasse com necessidades básicas e primordiais, mais ele poderia gastar com bens de consumo. Quando se compara os anos de 1930 até 1980, a classe denominada “rica”, no que diz respeito aos EUA, gastavam 30% de sua renda em comida nos anos 30. Em 1980 essa taxa caiu para 13%. Como concluiu Hobsbawm (1994, p. 211) “a Era de Ouro democratizou o mercado”.

Com a expansão da economia sendo visto e experimentado em todos os países, era natural que a diminuição do gasto de renda com comida se refletisse não apenas a classe social dos “ricos”. De certa forma houve um propósito em garantir as necessidades básicas dos indivíduos, esse propósito seria sustentado pelo Estado. Com um indivíduo tendo suas necessidades básicas, seja de forma diretamente ou indiretamente atendidas, ou pelo menos, tendo ciência de que existia organizações financiadas pelo governo (e estrutura de estado de bem-estar social, que será tratada mais pra frente) para atendê-las, seu foco se tornou prestigiar a era do crescimento e fortalecê-lo através do consumo, consumo esse que era considerado sua engrenagem principal.

O fortalecimento do sistema capitalista proporcionou mudanças sociais profundas, tanto em relação ao contexto da mão de obra inserida no mercado de trabalho (como citado anteriormente, sua especialização) como no contexto da sociedade e sua forma de viver como um todo. Hobsbawm (1994, p. 227), afirma: “A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da

segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”.

O aumento do número de pessoas que passaram a viver em áreas urbanas durante o período de 1940 até 1980 é impressionante. Hobsbawm (1994, p. 227) demonstra usando como referência os EUA e a Grã-Bretanha, que a cada 100 indivíduos, menos de 3 deles se encontravam na agricultura (países apresentaram proporções idênticas durante a época). No caso do Japão, como citado pelo autor, houve uma queda de, aproximadamente, 43% da população que vivia no campo para a cidade no mesmo período. Conclui o autor, portanto que essa mudança, apesar de ser espantosa em números absolutos, não ocasionou queda da produção agrícola, muito devido à capacidade de evolução tecnológica e seu impacto na produtividade per capita do campo.

Com o aumento da população localizada nos centros urbanos, a estrutura social e urbana seria alterada. Existia agora uma necessidade de melhorar o acesso à educação, viabilizar o transporte público e diversos outros fatores que estavam inclusos em uma sociedade predominantemente urbanizada. Com o aumento das indústrias que necessitavam de mão de obra especializada, a população em geral começou a dar foco à inclusão e uso do ensino universitário, o número de professores universitários alcançou 100 mil em sete países, durante os anos de 1950. (Hobsbawm, 1994, p. 232). Isso ocorreu, justamente, pois se aumentava mais as demandas por técnicos, com por exemplo engenheiros, devido a necessidade de mão de obra especializada para evolução tecnológica do período.

Outra mudança em especial foi a inserção da mulher no mercado de trabalho e no ensino superior. Hobsbawm (1994) cita que com o aumento de mulheres no ensino superior, a sociedade começava a sofrer uma mudança em relação ao papel da mulher. Movimentos feministas que viriam surgir não conseguem ser explicados sem a consideração desse fato, como relata o autor. Na década de 1980 as mulheres já representavam metade dos funcionários inseridos no mercado de corretores imobiliários, e, aproximadamente, 40% dos empregados no sistema bancário. Hobsbawm (1995) traz uma ótica diferente com relação a inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo uma delas, o

fato que o trabalho infantil no mundo ocidental deixou de existir em 1945. Com isso, as famílias precisavam garantir o sustento e essa se tornou uma das motivações principais para que as mulheres, até então, não inseridas no mercado de trabalho ingressassem no Ensino Superior (com objetivo de especializar a mão de obra) e obter renda (Tilly & Scotty, 1987, p. 2019 citado por Hobsbawm, 1994, p. 248). É importante ressaltar que naquele momento as mulheres acumulavam uma jornada dupla de trabalho já que elas se mantinham com as funções domésticas (até então consideradas incapazes para seus filhos).

As mudanças no período pós-guerra, sejam elas econômicas ou sociais, indicaram ao capitalismo uma nova visão de mundo. A sociedade até então vista se alterou no que diz respeito a cadeia produtiva e formação social. A desigualdade social se tornou um ponto chave nessa mudança, pois a concentração de renda impossibilitava a expansão de uma nova classe econômica que possuía seu trabalho voltado a não somente acúmulo do poder econômico, como também o proveito do consumo. Com a nova tecnologia, expansão da diversidade de produtos e o surgimento de multinacionais houvesse a primeira preocupação com relação a manutenção desse crescimento econômico jamais visto.

A preocupação com relação ao liberalismo, prática essa que ocasionou a pior recessão já vivenciada (a grande depressão dos anos 1930) nesse novo cenário capitalista e expansão das ideias socialistas pós segunda guerra, geraram motivos explícitos para que os EUA investissem na reconstrução dos países europeus pós 1945. Essa reconstrução viria alavancar não somente um novo ideal quanto à organização social ou econômica, mas também à organização do Estado, que agora tinha como foco o planejamento econômico.

Em outras palavras, as mudanças vivenciadas pós 1945 foram tão profundas que originaram novas formas e concepções a respeito do trabalho e do indivíduo como um ser social, concepções essas que iriam acarretar em um preocupação de garantir aquilo que era considerado o básico, como acesso à saúde, educação, criação de direitos trabalhistas e civis. Através de uma reformulação estrutural se tornou possível permitir que o Estado fornecesse organizações/legislações que pudessem garantir esses princípios. Com o

indivíduo assegurado de possíveis imprevistos futuros o próprio poderia desfrutar dos privilégios econômicos que o mundo pós-guerra fornecia. Desta forma, essa nova estrutura se formaria através do “Estado Bem-Estar Social” ou “Welfare State”, assunto que será tratado mais adiante.

### **3 Estado de Bem Estar Social: contextualização e possíveis motivos para sua adoção**

Após a segunda guerra mundial, o sistema capitalista se viu em crescente mudança nas formas de se posicionar, produzir e consumir. O crescimento econômico levantou diversos debates até então vigentes, porém desfocados, como por exemplo a ótica referente ao papel do mercado em relação a sociedade, algo que viria a ser posteriormente transformador, já que se instalava, neste contexto, a primeira discussão acerca de qual a função do mercado sob uma ótica da política em virtude do contexto social, iniciando assim a criação do *welfare state*.

A definição do que é Estado de Bem Estar Social está estritamente atrelada à origem do motivo de sua adoção. Entender que não existe uma origem que se enquadre em todos os cenários socioeconômicos mundiais, faz com que compreendamos a dificuldade de encontramos uma definição difundida de forma global e simples.

Por isso, para esse momento do texto utilizaremos o trabalho de Arretche (1995) como um dos principais pilares, isso pois, o trabalho da autora tem como fundamento agrupar diversas definições e visões sobre o tema através dos principais autores que tentaram buscar uma definição em diferentes contextos. Trabalharemos também como Trintin & Rossini (1999) e Esping-Anderson (1991) com o objetivo de complementar o trabalho, tendo

como convicção de que toda leitura com visão divergente das demais possa a vir ajudar e entender a magnitude do tema e sua influência.

Trintin & Rossini (1999) contextualizam as variáveis econômicas relevantes que dariam surgimento para as primeiras premissas para o início do que viria a ser o Estado de Bem-Estar Social, como, por exemplo, o crescimento do PIB mundial. É importante ressaltar que o crescimento do PIB ocorreu de forma espantosa, alcançando 4,9% de crescimento em relação a 1950-1960, maior taxa de crescimento da história, superando total de 2,21% entre os anos de 1896-1951.

Esse padrão de crescimento poderia ser justificado pela difusão dos bens característicos da chamada segunda revolução industrial, devido ao surgimento de novos produtos no mercado puxados e caracterizados pela expansão assídua dos bens duráveis de consumo, podendo assim concluir, por eles, como uma generalização e implantação do “modo de vida americano” no contexto mundial (Trintin & Rossini, 1999).

Os autores tratam de dar enfoque ao fato que esse crescimento teve sua base formada na Segunda Revolução Industrial, que possibilitou uma reestruturação geral de setores como os da tecnologia industrial, comercial e o papel do mercado financeiro em escala mundial. Destaca-se, porém, uma importante variável: o papel do Estado através de suas ferramentas, como as políticas monetárias e fiscais, essenciais para que pudesse vir a ser caracterizado como mantenedor do crescimento durante aqueles anos. Em sua ótica social, o Estado surge como o protagonista de poder ao inserir a classe trabalhadora no processo, surgindo assim os primeiros debates no âmbito de seguridade social e pleno emprego.

Esse papel é diluído e explicado pelos autores como um conjunto de ações diretas, destacando entre elas a universalização do sistema previdenciário, a generalização do salário mínimo e a adoção de seguro desemprego, ações que tinham como função ser a base de um projeto de financiamento da reprodução da força de trabalho para o sistema empregado. Vale a pena destacar que o texto insere uma concepção interessante em



relação ao fato que o papel intervencionista não se caracterizou em uma visão única ou instalou-se exclusivamente na sociedade estadunidense, mas também "extrapolou" para o âmbito global, onde organizações como ONU, GATT, FMI e BIRD, viriam a ser criadas na intenção de evitar crises econômicas. Essas organizações podem ser reflexo de uma consideração dos autores diante a concepção de que, de acordo com Trintin & Rossini (1999), o Estado se tornaria posteriormente uma figura complexa que administrasse os conflitos enquanto a classe trabalhadora e empresarial agia como forma de se completar.

O contexto a combinação entre a classe trabalhadora à empresarial, no sentido de interesses mútuos, fez surgir mecanismo econômicos que deram origem a um novo quadro onde o consumo da classe trabalhadora pudesse se atualizar perante a nova produção industrial. A adoção de novos salários aos trabalhadores pode ser justificada, pelos autores, através de uma nova ordem e contrato de mão de obra, viabilizado por contratações coletivas, refletindo em uma concepção de demanda global.

Os fatores que geraram os primeiros passos para o surgimento do welfare state constam do trabalho de Arretche (1995) que trata de diferentes teorias a respeito do motivo e da consolidação do sistema econômico em diferentes âmbitos sociais, permitindo diferentes concepções e explicações sobre o fato. Isso ocorre pois o welfare state não é apenas um instrumento de estímulo ao sistema capitalista, mas sim um fruto gerado através de um diálogo entre mercado e Estado, onde o Estado carrega consigo fatores culturais de determinadas sociedades.

A autora inicia seu texto trabalhando a ideia de que o welfare state é um desdobramento necessário devido à industrialização da sociedade. Sua ideia se baseia em dois trabalhos (Wilensky e Lebeaux, 1965 e Wilensky, 1975) que concluem que o crescimento demográfico foi a principal causa da emergência do welfare state. Essa conclusão se origina da tese de que a industrialização permitiu alterações em toda a estrutura social devido ao fato que a atividade industrial cria um perfil de trabalhador, carregado de uma nova disciplina que difere até então da encontrada no cenário do camponês, disciplina essa que

estimulará o surgimento de um empenho mais técnico por parte da mão de obra, criando assim uma nova divisão do trabalho. A cadeia de fatores que atingirá posteriormente toda sociedade estimulará um novo posicionamento social (destacado como exemplo pelo autor a questão da participação da mulher no mercado de trabalho). Tais mudanças consideradas abruptas para a sociedade na época exigiam resposta por parte do Estado, que se concretizou no estímulo à criação de programas sociais.

Os autores concretizam sua tese formulando a hipótese de que a consolidação da fábrica como núcleo central da sociedade permitiu o surgimento de novos mecanismos de integração que foram fundamentais para a manutenção da ordem coletiva e perpetuação do sistema vigente. Em outras palavras, o *welfare state* é resultado de uma mudança na capacidade produtiva social e seu foco industrial (Wilensky & Lebeaux, 1965; Wilensky, 1975, citado por Arretche, 1995).

Seguindo na mesma linha de raciocínio de Wilensky (1975), Titmuss (1954) e Marshall (1967), desenvolveram suas teses na tentativa de justificar o surgimento do *welfare state* na mesma vertente da industrialização com o foco do desenvolvimento social.

Titmuss (1954) elabora sua tese sobre a sociedade inglesa da época justificando o surgimento do *welfare state* com base na nova especialização da mão de obra causada pela industrialização. Em sua análise, a nova e complexa cadeia produtiva fez surgir trabalhadores especializados que, por si só, acabaram por se tornar dependentes do meio social, como se os homens se tornassem dependentes em diferentes graus distintos da sociedade como um todo. As necessidades específicas, como fragilidade de crianças e idosos, podem concluir um cenário macro de dependência, cenário esse que permitiu o surgimento de aparelhos governamentais de direitos públicos. (Titmuss, 1954 citado em Arretche, 1995)

Na visão de Marshall (1967), citado por Arretche (1995), o surgimento do *welfare state* se baseia em uma evolução lógica e natural da sociedade. Isso ocorre pois, apesar da industrialização ser o ponto principal, a sociedade se viu

necessitada de uma nova organização, organização essa lógica e racional. A modificação contextual por parte de surgimento de programas sociais é vista, na visão do autor, como um processo de evolução social que parte desde a dissolução da Lei dos Pobres até o contexto atual sobre a definição de Estado de Bem-Estar Social. Marshall (1967) enfatiza em sua obra que, apesar do início de medidas sociais terem começado através de ações instituídas pelo Governo Conservador Britânico da época, como a comissão real sobre Lei dos Pobres e auxílio ao necessitados, tais ações são consideradas apenas como parte do contexto total, não sua principal engrenagem. Ao se basear no contexto mundial dos anos 1920 e 1930, é possível notar que os países convergiram de forma unificada para o surgimento das políticas sociais, comprovando assim a tese do autor sobre a evolução lógica e racional que deu origem ao sistema. Outro ponto válido em sua argumentação é de que a alternância no poder de partidos antagônicos (conservador e liberais) não modificou em nada o desenvolvimento das ações, ou seja, a engrenagem do sistema capitalista necessitava desse instrumento para sua perpetuação sendo o contexto político favorável ou não (Marshall, 1967 citado em Arretche, 1995)

O'Connor em seu livro "A crise fiscal do Estado" (1977) fará posteriormente uma análise interessante sobre a atuação do Estado em duas óticas contraditórias, sendo elas legitimar a acumulação do capital e permitir a harmonia social. A obra ganha contexto histórico relevante para o tema pois O'Connor traz o questionamento paradoxal entre a função estatal, que permite o enriquecimento de uma classe perante a outra que está sendo explorada, mas, ao mesmo tempo, busca consolidar uma atenção social através de medidas para que a engrenagem econômica não perca sua legitimidade. O autor divide as ações do Estado em duas, sendo elas: capital social (ações que viabilizam e permitem acumulação de capital) e despesas sociais (gastos destinados a lidar com os efeitos do processo de acumulação).

É necessário dar enfoque de como O'Connor (1977) trabalha sua visão sobre os gastos sociais, definindo-os como uma ferramenta que tem como função "lidar com os efeitos do processo de acumulação". Quando se compara a visão de O'Connor(1977) a de Marshall (1967) é possível notar um consenso de que a evolução do sistema empregado fez surgir a necessidade de medidas

sociais, confirmando assim o princípio de que o Estado não foi quem iniciou o questionamento sobre a adoção de medidas, mas que a partir do momento em que entendeu que elas eram uma necessidade ao processo de evolução contextual, as instituiu. Em outras palavras, a evolução na forma que se acumulava capital tornou necessária a criação de medidas sociais.

O'Connor (1977, citado em Arretche, 1995) também vai evidenciar que existe uma correlação entre o crescimento monopolista e o crescimento estatal, sendo um essencial ao desenvolvimento do outro. Sua relação se baseia na linha de raciocínio de que o orçamento estatal, sendo ele uma ferramenta complexa, redistribui renda no seio da classe trabalhadora com o intuito de manter a harmonia social, expandindo e acelerando a acumulação do setor monopolista.

Seguindo a linha de raciocínio de O'Connor, outros autores também elaboraram trabalhos que convergem para a mesma linha de pensamento, entre eles está Offe (1972). Em um artigo publicado na revista *Politics & Society*, o autor (Offe, 1972, apud Arretche, 1995) busca evidenciar que o welfare state se tornou uma tentativa válida de se ajustar ou compensar problemas criados pela sociedade, em outras palavras, ao crescimento industrial. Em uma rápida exposição de suas ideias é trabalhada a lógica de que o desenvolvimento capitalista transforma ordens sociais já vigentes, o que se expressa como forma de problemas sociais, problemas esses que, posteriormente, seriam assumidos pelo Estado. Sendo assim, o welfare state representa uma forma de compensação pela industrialização já vigente.

Sua argumentação converge para a análise de O'Connor (1977), pois sendo o welfare state uma ferramenta de compensação que não se enquadra inteiramente no âmbito político, ou seja, não sendo ele uma escolha, mas sim uma necessidade social empregada, tornando o Estado uma ferramenta de caráter intervencionista.

A semelhança dos dois autores se torna mais válida quando se conclui que o Estado não é apenas um órgão independente com caráter intervencionista, mas sim dependente da manutenção do processo de

acumulação capitalista. De certa forma, é como se a saúde financeira estatal estivesse estritamente atrelada à saúde financeira do mercado.

Em uma linha de pensamento marxista, Ian Gough (1979), citado por Arretche (1995), ressalta em seu livro “The Political Economy of the Welfare State” argumentos que vão de encontro com a análise de O’Connor (1977), porém evidenciando diferenças a respeito da natureza do Estado. Ian Gough (1979) rejeita, a princípio, a natureza “funcionalista” atrelada por O’Connor (1977), mas argumenta que o Estado intervencionista, bem assim dito, é um fruto do fenômeno capitalista. Em sua visão, mesmo que o aparato estatal seja autônomo, ele serve para responder ao processo da acumulação de capital, porém sua condição de financiar programas sociais se viu atrelada ao antagonismo entre necessidade de defesa da acumulação capitalista e o surgimento de movimentos sociais, que obrigou a classe detentora dos meios de produção a pensar de forma coesa e estratégica. Essa forma coesa e estratégica ressalta a importância dos movimentos sociais como determinantes para o welfare state, porém ele evidencia que eles não são o principal fator, mas sim uma provocação ao sistema vigente que levou ao Estado otimizar ações sociais na intenção de retirar os limites e preservar o sistema ali visto e utilizado.

Após as possíveis explicações sobre o surgimento do welfare state e sua verdadeira proposta de mudança social, levando em consideração o caráter enfático sob a discussão relevante das classes sociais operantes, é no seminário de Esping-Andersen (1985) que se condiciona as diversas hipóteses apresentadas em três ramificações explicativas para o fenômeno. De acordo com Esping-Andersen (1985), quando analisamos os países mais influentes, sendo assim modelos do sistema empregado, é notório que todos eles apresentam características divergentes em âmbito social. Todavia, eles carregam em si um elemento base que permite identificar sua semelhança no contexto histórico empregado, sendo esse elemento a forma pela qual a classe operária conseguiu emancipar suas necessidades através de uma ferramenta estatal. Para o autor, as diferentes formas que contribuíram nessa emancipação podem ser resumidas em três modelos breves, sendo eles:

regime social-democrata, regime ou modelo conservador e regime ou modelo liberal (que serão tratados com mais profundidade à frente).

Por fim, as possíveis origens do Estado de Bem Estar Social são tão difundidas o ponto de que se torna mais condizente classificá-los do que propriamente encontrar um fator comum que tenha originado a todos. Desta forma, daremos prosseguimento ao texto com o objetivo de explicar as categorizações e demonstrar o efeito do regime em diferentes esferas sociais.

#### **4 Estado de Bem Estar Social: diferenças e categorizações**

O Estado de Bem Estar Social, apesar de consolidado pós 1945, possui motivos e origem que se divergem em diferentes países. Desta forma, focalizaremos, nesse momento do trabalho, em analisar as diferentes categorizações construídas pelos principais autores, com o objetivo de entender os motivos de serem tão diferentes entre si.

A primeira obra a ser analisada é de Esping-Anderson, 1991. O autor é utilizado como uma das principais referências para os trabalhos que falaremos a seguir. Isso ocorre, pois, a tentativa de categorizar os diferentes Estados está estritamente atrelada ao real motivo de seu desenvolvimento, dado que por si só, em uma discussão de âmbito mais ampliado, seu surgimento se origina entre o debate do mercado (vínculo de propriedade) e o Estado (natureza democrática).

Em uma linha de raciocínio voltada para a Economia política, o autor, traz como referência um ponto importante sobre a percepção liberal com relação a intervenção estatal naquilo que acreditam ser objeto essencial de atuação do mercado, como exemplo o acesso à educação e um sistema de

saúde, em outras palavras, o acesso a meios que possibilitariam mínimas condições favoráveis aos indivíduos para se locomover entre as classes sociais. A intervenção Estatal estava atrelada a um remorso entre a classe liberal pois seus mecanismos de atuação eram categorizados como “duvidosos”, dado que não seriam influentes suficiente para reverter A hierarquia de classes sociais. Esping-Anderson (1991) cita Adam Smith:

“Além de um mínimo necessário, a intervenção do Estado só asfixiaria o processo igualizador do comércio competitivo e criaria monopólios, protecionismo e ineficiência: o Estado sustenta a classe; o mercado tem a potencialidade de destruir a sociedade de classes.”

É importante ressaltar que essa característica “duvidosa” por parte da ala liberal se dava muito por uma questão, de acordo com o autor, de que o Estado de antigamente se caracterizava por fornecer privilégios absolutistas, protecionismo de mercado e corrupção em grande parte de suas esferas estruturais.

Com base nessa linha de raciocínio o neo-liberalismo contemporâneo desenvolveria posteriormente um papel principal para a primeira categorização de Estado de Esping-Anderson (1991), o chamado *Welfare State* “liberal”.

Essa primeira categorização é dada pelo autor com o intuito de descrever, aqueles Estados que forneciam assistência mínima aos que se posicionavam nas classes sociais mais baixas. Em outras palavras, o sistema se caracterizava por ser um modesto programa social, onde o Estado fomentava a criação de programas sociais que forneciam o mínimo, enquanto, de forma ativa, alimentava, através de subsídios, sistemas privados como o de previdência privada. Exemplos de países que adotaram essa forma de welfare state seriam: Canadá, Austrália e EUA.

As consequências dessa conduta liberal acabavam por diminuir a importância da chamada “mercadorização do indivíduo” (conceito que será tratado posteriormente) e o fornecimento de serviços sociais não estava

estritamente atrelado a uma solução de desigualdade de classes, mas sim, um fator potencial para esse mecanismo, contribuindo de forma contrária. De acordo com Esping-Anderson (1991):

“... contém efetivamente o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado.”

O conceito de desmercadorização foi criado com o objetivo de traçar um antes e depois com relação a exposição do indivíduo no âmbito do mercado de trabalho após o surgimento dos direitos sociais modernos. Com o surgimento dos direitos sociais os trabalhadores de forma geral romperam a visão de total dependência do mercado para acessar serviços, como acesso a sistema de saúde e educação. Esse rompimento, ou seja, essa não dependência se caracteriza como uma “desmercadorização”, dado que diminui o vínculo indivíduo como mercadoria. É importante ressaltar que quando o Estado providencia os serviços mínimos, porém não considerados o suficiente, o indivíduo acaba por retornar ao mercado como forma de poder usufruir de sistemas que ele considera de melhor qualidade. (Esping-Anderson, 1991)

A definição mais minuciosa sobre o “Estado de Bem Estar liberal” retrata que esse tipo de regime se caracteriza por potencializar a função do indivíduo e não do contexto social como um todo. Em outras palavras, a prosperidade, ou o uso de um serviço de melhor qualidade está atrelado ao nível de esforço pessoal, ou o quanto aquele indivíduo se esforça no âmbito de sua capacidade, no sentido de mão de obra, dentro do mercado que o recompensa por isso. A concepção é de que quando se alimenta um regime de dependência estatal, a situação econômica tende a piorar, realizando, em uma visão capitalista, o rumo inverso. (Timuss, 1963, citado por Wolf, 2015).

Esse regime atua de forma indireta alimentando a necessidade do indivíduo recorrer ao mercado. Mercado esse que é subsidiado, favorecendo o desenvolvimento de técnicas para os setores privados. No âmbito da saúde o Estado proporciona ações efetivas apenas para o contexto social como um todo, por exemplo, através de saneamento básico, campanhas de vacinação e



imunização. Porém, quando se trata de diagnósticos mais refinados, tratamentos e reabilitação, essa função acaba por ser fornecida exclusivamente pelo mercado que exige pagamento para tal. O retrato se expande ao entendimento e que uma assistência ideal é direcionada a rede privada de saúde, se colocando como opcional, dado que em contrapartida a assistência pública é demasiadamente compulsória ao indivíduo, ou seja, a necessidade mínima da qual não se pode perder. O acesso ao benefício de um sistema de saúde que possua a qualidade digna de atendimento é muitas vezes fornecido pelo Estado aos empregadores para que seja destinado ao empregado. Esse direcionamento ocorre através do contrato de trabalho, que por sua vez, fornece ao trabalhador a oportunidade de usufruir de condições que não estariam acessíveis em condições normais de desemprego. Essas condições estimulam por si uma conduta de fidelidade e lealdade do empregado ao empregador. (Wolf, 2015). Essa condição de fornecer uma melhor qualidade de serviços atrelada à questão de se fidelizar em uma posição organizacional, digo exercendo a função dentro de uma companhia, acaba por se denominar como uma estratégia concebida como “armadilha” ao empregado, dado que trabalha a favor de uma valorização do vínculo empregatício. Em termos que a dependência não está atrelada ao uso do serviço, mas sim à conduta trabalhadora. (Castles, 2010, citado em Wolf, 2015).

Por fim, a devida preocupação com a verdadeira classe de menor renda, não está atrelada em diminuir a desvantagem em relação às classes mais altas, mas sim no fomento de uma mínima condição e capacidade para que o indivíduo retorne ao mercado de trabalho e exerça uma função no intuito de poder usufruir, em algum momento, um serviço de qualidade superior. O regime por si, trabalha na visão de “higienizar o porão” (Marshall, 1950, citado por Wolf, 2015). Não existe nenhuma preocupação na questão de solucionar o caso da estratificação social, isso pois o modelo por si colabora com a divisão, basicamente, de depois grandes grupos sociais, sendo eles os que podem pagar pelo serviço e aqueles que não podem pagar. Os que não podem pagar acabam por ser considerados como os mais dignos a receber os benefícios sociais, porém, esses são os mínimos benefícios possíveis para que assim retornem à função social de empregado. Nesse contexto, evidentemente,

colabora para o conceito de que o Estado sustenta as classes e apenas o mercado pode por si solucionar o problema de classes.

A segunda categorização se denomina “*Welfare State* conservador”, porém corporativista, segundo Esping-Anderson (1991) É importante salientar que nos países onde ele foi constituído a presença dos ideais liberais com relação à mercadorização e melhoria da eficiência do mercado não eram traços marcantes (França, Alemanha e Itália). Sua forte característica estava atrelada à questão de classes, ou seja, os mecanismos do estado e suas instituições tinham como objetivo a manutenção das diferenças do *status*, esse que estava atrelado a privilégio de determinadas classes. Nesse ponto é importante entender que se um Estado está atuando no sentido de manutenção das diferenças de classes sua importância com relação à redistribuição de renda é insignificante.

Por ser considerado “conservador” Esping-Anderson (1991) traz como relevante o fato que, como é fundamentado pela Igreja em seus conceitos, existia a necessidade uma preservação da família tradicional, ou seja, de acordo com ele:

“Creches e outros serviços semelhantes prestados a família são claramente subdesenvolvidos; o princípio de “subsidiariedade” serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure.”

Nesse novo modelo de regime, o Estado passa a assumir a responsabilidade de intermediar o diálogo entre produção de riqueza e sua distribuição e, também, a relação entre trabalhadores e capitalistas. Nesse âmbito de contexto o Estado assume o protagonismo na implementação de um seguro, denominado, “social”. A denominação de “social” surge, pois, seu funcionamento não está atrelado fora da dependência do mercado e sua lógica de funcionamento. Em outras palavras, o Estado se torna responsável por garantir a assistência mínima ao indivíduo ao longo de sua vida independente se o próprio se encontra capacitado à inclusão no mercado de trabalho. É

importante assegurar que, apesar dessa diferença previamente demonstrada entre o regime “conservador-corporativo” e o regime “liberal”, os dois possuem uma importante semelhança, onde o seguro social apenas irá garantir a necessidade mínima de assistência aqueles que não pode pagar. (Wolf, 2015)

O seguro social apresenta duas naturezas diferentes que podem ser encontradas, uma delas é a “mecanismo de repartição simples” e a outra é o “mecanismo de capitalização”. O “mecanismo de repartição simples” é caracterizado por ser um mecanismo onde os indivíduos contribuem o dia de hoje com o objetivo de ajudar quem necessita hoje, ou seja, as contribuições atuais estão vinculadas às necessidades atuais. Assim o próprio contribuinte na data atual espera que seja recompensado no futuro, quando precisará da assistência. Já o “mecanismo de capitalização simples” se caracteriza como um mecanismo pelo qual o indivíduo tem o valor que foi contribuído acumulado durante todo o tempo para estar disponível quando o contribuinte necessitar. A lógica do sistema está no fato de a despesa do contribuinte estar atrelada à sua contribuição total. Percebe-se, portanto, que no “mecanismo de capitalização” existe a necessidade de manter o nível, padrão de vida já alcançado pelo indivíduo independente de qual condição adversa ele esteja passando. (Wolf, 2015)

É possível identificar que a necessidade de preservação dos grupos sociais, ou chamados status sociais, acarreta um forte caráter corporativista. Isso pois a identidade do indivíduo na sociedade está atrelada diretamente à sua ocupação social. As diferentes ocupações sociais dividem a sociedade em grupos que formam uma hierarquia. Essa hierarquia é protegida pela proteção social, e assim, por consequência, cria-se uma espécie de manutenção dessa desigualdade social, ou diferença de status. É importante, portanto, salientar que o atendimento das necessidades de um indivíduo, que naturalmente está imerso em um grupo, é responsabilidade do grupo, ou seja, da classe social com a qual ele se identifica. Desta forma, a solidariedade que está estabelecida no modelo é totalmente de caráter “horizontal”, indivíduos da mesma classe, e não “vertical”, as diferentes classes não colaboram entre si. (Esping-Anderson, 1991). Desta forma, é possível compreender que o regime não tem como

objetivo reduzir a estratificação social, e que a posição dos indivíduos na sociedade deve se manter.

Um ponto importante com relação a implementação do regime, se dá, na visão da família como uma organização fundamental e indispensável para a sociedade, organização essa que tem o homem, em seu caráter de “homem-provedor”. Essa característica do homem remete a ele a função de prover aos demais membros da família as ferramentas indispensáveis para suprir suas necessidades, como as crianças, idosos e mulheres. Desta forma, cabe ao Estado fornecer a todos os homens uma ocupação no mercado de trabalho, pois caso um não possuísse devida ocupação, demais indivíduos estariam descobertos quanto a situações que os colocassem em risco. É necessário destacar que essa posição estipulada pelo homem o torna privilegiado na hierarquia social, dado que mulheres atribuem a si uma posição de atividade domiciliar pela qual cuidam da casa e dos filhos, e de forma indireta dependem do marido para acesso mínimo a suprir suas necessidades, pois caso ocorra o afastamento com relação ao homem provedor, elas estariam englobadas em uma camada social que não está coberta pela ação do Estado. (Wolf, 2015)

Conclui-se, portanto, que o caracterizado regime de Estado de Bem Estar Social conservador-corporativo é visto como um regime que colabora para a manutenção dos status sociais, sendo eles, essenciais para definir o tipo de benefício que o indivíduo tem o privilégio de usufruir. Além do mais, esse privilégio está totalmente atrelado ao nível de contribuição que o próprio é capaz de oferecer ao Estado. Existe a importância de ressaltar que surge a preocupação do Estado em garantir a ocupação do homem provedor no mercado de trabalho dado que ela, independentemente de sua importância, garante não apenas a ele acesso aos benefícios, como também à rede de indivíduos que dele depende, em outras palavras, sua família. Em um contexto mais amplo, o regime pode ser definido e caracterizado conforme a analogia de T. H. Marshall (1950 citado por Wolf, 2015): “é como se todo o edifício social permanecesse essencialmente o mesmo, ainda que todos os andares fossem aprimorados”.

Por fim, o último regime é caracterizado como “social-democrata”. Dentre os três mencionados acima esse é o primeiro regime que questiona a questão da divisão entre mercado e Estado. Seu objetivo se coloca em

encontrar uma forma de melhorar a qualidade, se distanciando então da lógica de igualizar a qualidade dos serviços às necessidades mínimas como vimos nos demais regimes. Essa melhora tinha como finalidade alcançar os padrões que as classes mais altas usufruíam e assim generalizar esse feito às demais classes. É possível perceber que sua linha de atuação se caracteriza fundamentalmente “dermercadorizante”, ou seja, trabalha com foco em dar aos trabalhadores a oportunidade de total rompimento com relação ao mercado para usufruir direitos que até então estavam a ele atrelados. (Esping-Anderson, 1991)

O regime surge como uma possibilidade de distribuir a riqueza social sem o vínculo da ação do mercado, papel esse que tinha protagonismo compartilhado nos demais regimes anteriores. O protagonismo refere-se única e exclusivamente à questão do Estado, dado que existe uma convicção de que o indivíduo, trabalhando a favor de satisfazer seus interesses, não caminha, necessariamente, a favorecer a sociedade como um todo. Essa ação do Estado não se caracteriza por ser apenas “paliativa”, ou seja, uma alternativa dado aos riscos correntes aos quais os indivíduos estão expostos, mas também “preventiva”, ou seja, ação qualificada no intuito de evitar os possíveis riscos, contribuindo em antever o que possa acontecer. Toda a estrutura que se estabelece no regime social-democrata se diferencia em diferentes graus dos regimes anteriores. Na questão do mercado de trabalho, os contratos entre empregados e empregadores possuem pouca intervenção do Estado. Essa relação é intermediada, por seus “representantes”. Representantes esses que se tornam fundamentais para que não ocorra uma grande diferenciação das classes dentro do âmbito trabalhista, ou seja, classes com muitos benefícios e outras com poucos benefícios. (Wolf, 2015)

É importante destacar que o Estado, nesse específico regime, possui uma natureza de “empregador”. Essa característica se destaca pois o Estado não apenas emprega trabalhadores nas chamadas obras públicas, mas também nas instituições que são voltadas à proteção social. Esses empregos oferecidos possuem uma boa remuneração aos indivíduos além de serem flexíveis, pois oferecem a eles a possibilidade de janela para trabalhar em demais cargos no mercado. (Leibfried, 1992 citado em Wolf, 2015)

O desenvolvimento do mercado de trabalho não se dá apenas pela intervenção estatal nele, como mencionado acima, mas também pois o Estado intervém no sentido de fomentar a participação das mulheres. Nesse ponto surge um conflito entre o regime social-democrata e o conservador-corporativista. Enquanto o conservador-corporativista tem como função potencializar a família, onde a capacidade do Estado entra em vigor a partir do momento em que o auxílio da família se esgota, o social-democrata fortalece a capacidade individual, como por exemplo atribuir às mulheres a possibilidade de trabalho ao invés do cuidado doméstico. Suas atividades remuneradas estavam atreladas a atividades que, até então, vinham sendo cumpridas no âmbito doméstico, por exemplo, atividades focadas na saúde, educação e cuidado de criança e idosos, todas essas atividades a partir daquele momento estavam inclusas dentro das instituições estatais. (Wolf, 2015)

É possível entender que a necessidade da existência de um sistema que seja abrangente, eficiente e efetivo na questão de “desmercantilização” está atrelada a um aumento dos rendimentos, ou seja, fortalecimento de uma economia como um todo. De acordo com Wolf (2015), se entende a importância da manutenção elevada do nível de emprego e de trabalho, altamente produtivo, quando se percebe a relevância do aumento da receita para as devidas despesas. Outro ponto importante a ressaltar é que quanto maior o número de indivíduos empregados, menor é o número de indivíduos em situação de vulnerabilidade, em outras palavras, o alto nível de emprego não apenas garante uma maior arrecadação, como também, um menor risco de vulnerabilidade na sociedade. A receita para o crescimento se torna simples quando observada que para que se tenha o fortalecimento de uma economia é necessário que mais pessoas estejam trabalhando, e, para isso, elas necessitam estar asseguradas com relação aos seus direitos. O alinhamento de expectativas com relação ao que cada indivíduo determina justo quanto ao direito oferecido, se torna peça principal para que o Estado possa cobrar altas cargas tributárias sem que isso acarrete uma revolta social.

Por fim, de todos os regimes mencionados o social-democrata apresenta diferentes pontos de divergência tanto quanto em relação ao liberal como quanto em relação ao conservador-corporativo sobre a percepção de

distribuição de riqueza social e a ascensão do indivíduo na hierarquia de status social. Enquanto o regime liberal fornece o mínimo de assistência social e não acredita que o Estado se torne uma peça fundamental para a distribuição de riqueza, responsabilizando o mercado por tal, o social-democrata enfatiza a necessidade de intervenção externa, Estado. Essa intervenção externa possibilita manter o alto nível de emprego, além de fomentar a competitividade do mercado, contribuindo assim para uma maior arrecadação de recursos e viabilizando ferramentas institucionais necessárias para que os indivíduos possam não só usufruir de um seguro social que seja coerente, independente de sua classe, como possibilitar uma locomoção dentro das diferentes classes hierarquizadas na sociedade.

Apesar de Esping-Anderson (1991) ter classificado os regimes de Estado de Bem Estar Social em três tipos (liberal, social-democrata e conservador-corporativo) - sendo essas as principais ramificações dos regimes que iremos tratar nesse trabalho - Wolf (2015) descreve também um quarto tipo, denominado de modelo "mediterrâneo". O modelo mediterrâneo não será aqui abordado com profundidade por se caracterizar por um modelo que propriamente não evoluiu, na própria definição do autor, na criação de instituições que pudessem gerar riqueza social e compartilhá-la. Os países que podem ser categorizados como aqueles que possuem esse tipo de regime são: Espanha, Portugal e Grécia.

## 5 Estado de Bem Estar Social: dados e contribuições

O Estado de Bem Estar Social foi fundamental para uma mudança em um contexto geral, em diferentes esferas sociais. Nessa parte do trabalho trataremos de analisar dados a respeito dos países que implementaram os três diferentes regimes de Estado de Bem Estar Social abordados neste texto. Para isso, usaremos as categorizações utilizadas por Wolf (2015), englobando nelas os diferentes países. É importante entender que a tipologia utilizada por Esping-Anderson (1991) são semelhantes às de Wolf (2015), porém com denominações diferentes. Na análise dos dados a seguir, o *Welfare State* liberal será qualificado como “Anglo-Saxão”, o conservador-corporativo será “Continental” e o Escandinavo será o “social-democrata”.

Os países que englobam o tipo “anglo-saxão” são Irlanda e Reino Unido. Os países considerados o tipo “continental” são Alemanha, Áustria, Bélgica, França e Países Baixos. E, por fim, no de tipo “escandinavo” estão Dinamarca, Finlândia e Suécia.

O primeiro gráfico abaixo, extraído de Wolf (2015) retrata o gasto social em porcentagem do PIB nas três décadas de 1980 até 2007, em respectivas médias dos regimes mencionados.



**Tabela 1**

Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

	Anglo-Saxão			Continental			Escandinavo		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007
Gasto total	21,0	21,8	21,3	26,3	28,7	29,2	25,3	31,0	28,8
Gasto público	18,1	17,8	17,4	23,9	25,5	25,7	24,1	29,1	26,5
Gasto privado	2,9	4,0	3,9	2,4	3,2	3,5	1,2	1,9	2,3

Fonte: OCDE extraído de Wolf, 2015, p.179

Nota: Os gastos sociais (total, público e privado) não incluem os gastos em educação.

Através da informação exemplificada acima, é possível concluir que os países que se encontram nos grupos "continental" e "escandinavos" apresentaram melhores médias de crescimento percentual, entre 1980 até 1990, em gastos totais, 2,4% e 6,7% respectivamente. É importante salientar, como descreve Wolf (2015), que um aumento de gastos totais e públicos não necessariamente estão relacionados a uma melhor qualidade dos serviços fornecidos, porém de forma indireta acaba por auxiliar de forma geral uma melhora.

Em termos de gastos públicos, as médias dos países classificados "continentais" e "escandinavos" também foram superiores em comparação com aqueles que adotaram o modelo de regime liberal (ou anglo-saxão), 1,6% e 5% contra -3%. Quando analisados os gastos voltados para o sistema público em relação ao sistema privado, os regimes de tipo continental e escandinavo apresentaram um crescimento percentual positivo, já o anglo-saxão, negativo, ou seja, o percentual do PIB voltado para o gasto público diminuiu, a média, em comparação ao gasto privado dentre 1980-1989. Antes de tomarmos conclusão precipitada quanto ao motivo de sua média se encontrar negativa, analisaremos o desempenho do bloco anglo-saxão, separadamente, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 2**

## Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

Gasto social (% do PIB)	Anglo-Saxão					
	Irlanda			Reino Unido		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007
Total	19,5	18,6	16,6	22,6	25,0	26,0
Público	18,1	17,1	15,2	18,1	18,6	19,6
Privado	1,5	1,5	1,4	4,4	6,4	6,4

Fonte: OCDE citado em Wolf, 2015, p.261

Nota: Os gastos sociais (total, público e privado) não incluem os gastos em educação

É possível concluir que apenas a Irlanda apresentou um comportamento adverso quanto ao restante dos países, com uma média tonando possível assim considerar como uma situação atípica em comparação ao próprio Reino Unido, que teve um crescimento percentual positivo de gastos públicos durante 1980-2007. Muito desse comportamento se justifica pelo fato que, após a segunda guerra o Reino Unido ter estabelecido um dos mais completo modelo de Bem-Estar Social, ao passo que a Irlanda não alcançou esse grau de sofisticação, mantendo o investimento do PIB total na casa de 15%, o menor dentre todos os países analisados. (Wolf, 2015)

Quando analisamos especialmente os países considerados social-democratas (escandinavos), notamos que o destaque fica por conta da Dinamarca, país que apresentou a melhor média de crescimento, ou seja, positivo entre todas as décadas considerando o gasto social (% do PIB) total. A Dinamarca, então, pode se considerar o país responsável pelo decréscimo não ser mais abrupto, especialmente, entre 1999-2007, considerando a soma total dos países.

### Tabela 3

#### Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

	Escandinavo								
	Dinamarca			Finlândia			Suécia		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007
<b>Gasto social (% do PIB)</b>									
Total	25,5	29,3	29,6	21,8	30,0	25,4	28,7	33,8	31,4
Público	24,1	27,1	26,9	20,9	28,8	24,2	27,5	31,6	28,5
Privado	1,5	2,2	2,8	1,0	1,2	1,2	1,2	2,2	2,8

Fonte: OCDE citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p.261

Nota: Os gastos sociais (total, público e privado) não incluem os gastos em educação

Por fim, quando analisamos os países denominados de conservadores-corporativos (continentais), é possível verificar um crescimento contínuo nas três décadas analisadas, exceto pelos chamados Países Baixos.

#### Tabela 4

Gasto social (% do PIB) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

	Continental														
	Alemanha			Áustria			Bélgica			França			Países Baixos		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007
<b>Gasto social (% do PIB)</b>															
Total	25,1	28,1	29,4	25,2	27,6	28,6	26,2	27,3	27,6	24,6	30,0	31,9	30,4	30,6	28,5
Público	22,2	25,1	26,4	22,8	25,5	26,6	25,3	25,3	25,4	23,8	27,9	29,1	25,4	23,8	20,9
Privado	2,9	3,0	3,0	2,4	2,1	2,0	0,9	2,0	2,2	0,8	2,1	2,9	5,0	6,8	7,6

Fonte: OCDE citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p.262

Nota: Os gastos sociais (total, público e privado) não incluem os gastos em educação.

Os gastos sociais podem ser efetivamente atrelados a diversas áreas, como: saúde, educação, família e emprego de forma geral. Quando analisado cada tópico separadamente, notamos a evolução da sociedade como um todo, como por exemplo:

#### Tabela 5

Crescimento do PIB (%) e PIB per capita (US\$) – 1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

	Anglo-Saxão			Continental			Escandinavo		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007
<b>PIB</b>	3,1	4,6	4,3	2,1	2,5	2,1	2,6	2,0	2,9
<b>PIB per capita</b>	18.124	25.107	35.968	22.892	28.095	33.161	22.356	25.916	32.636

Fonte: OCDE citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p.211

Embora a houvesse uma diferença na natureza dos regimes, em seus respectivos aspectos organizacionais, todos os países que difundiram o Estado de Bem Estar Social apresentaram um crescimento médio do PIB e do PIB per capita nos anos de 1980 até 2007. É importante ressaltar que a maior média de crescimento a respeito de PIB per capita, veio justamente dos países caracterizados pelo regime Anglo-Saxão (liberal). A variação do PIB per capita em dólar, a respeito da média dos países que estão englobados nesse regime, durante os anos de 1980 até 2007, foi, aproximadamente, 74% maior em comparação ao Continental e Escandinavo. Conforme a seguir:

**Tabela 6**

Variação de PIB per capita (US\$) – 1980-2007

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	1980-2007	1980-2007	1980-2007
Variação PIB per capita (US\$)	17.844	10.269	10.280

Fonte: OCDE citado em Wolf, 2015. Elaboração própria

Wolf, 2015, destaca que a análise sobre as informações de crescimento do PIB pode ser um pouco superficial dado que não se sabe ao certo se essa riqueza está concentrada ou não. Por esse motivo, a tabela abaixo retrata a posição dos regimes dentro da ótica do índice Gini, conforme:

**Tabela 7**

Índice de Gini – 2000-07 (médias)

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Antes de tributos e transferências	0,50	0,47	0,44
Depois de tributos e transferências	0,32	0,28	0,24

Fonte: OCDE extraído Wolf, 2015, p. 214

No índice de Gini o maior grau de evidência, ou seja, número mais perto do “1” representa que determinado grupo de países possuem em média maior concentração de riqueza, ou seja, maior desigualdade social. Por definição, os

países que apresentam o menor grau de evidência seriam, então, o menos desigual. Portanto, como mencionado, o regime social-democrata (escandinavo) não apenas representou a maior taxa por parte de crescimento do PIB per capita, como também, o regime de menor concentração de renda dos três durante o mesmo período destacado. Conforme a seguir:

**Tabela 8**

Variação do Índice de Gini após a aplicação de tributos e transferências – 2000-07

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Variação do Índice de Gini	0,18	0,19	0,20

Fonte: OCDE citado em Wolf, 2015. Elaboração própria

Naturalmente, com o crescimento do PIB e sua melhor distribuição, é conclusivo acreditar que os níveis de pobreza obtiveram uma queda, porém quando comparamos os mesmo três regimes na tabela abaixo, essa queda se apresenta fortemente acentuada:

**Tabela 9**

Taxa de pobreza (%) – 2000-07 (médias)

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Antes de tributos e transferências	32,5	30,1	26,7
Depois de tributos e transferências	11,2	7,9	6,0
Menores de 17 anos	13,3	9,5	3,8
Maiores de 76 anos	18,3	9,6	13,7

Fonte: OCDE citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p. 216

Todos os regimes apresentaram uma melhora substancial em sua taxa de pobreza. O destaque principal, com relação a termos gerais, cabe ao continental (conservador-corporativo), onde o percentual de diminuição da taxa da pobreza alcançou um decréscimo de 22pp. Para os indivíduos menores que 17 anos, o destaque é o país considerados escandinavos, eles possuem

apenas 3,8%, em média, de taxa de pobreza, o menor dentre os três. Outro destaque importante é que dentre os três regimes, o escandinavo apresentou o menor percentual de pobreza após a implementação de tributos e transferências. É interessante ressaltar que o país, dentre todos aqueles que se englobam nessa categorização, que apresentou o menor percentual de pobreza depois da aplicação de tributos e transferências foi a Finlândia, que quando comparamos a média dos demais regimes, a Finlândia se posiciona com o menor percentual, 7%. Em outras palavras, dentre todos os países considerados escandinavos o que teve a pior performance se sobressai em comparação a média dos demais regimes.

Parte disso se deve não apenas de ser o regime escandinavo o que mais se preocupa em questão de compartilhamento da riqueza social, mas também da possibilidade de fornecer ao indivíduo ferramentas de mobilidade dentro dos possíveis status sociais e classes sociais. O reflexo da implementação do Estado de Bem Estar Social não se deu apenas no mercado de trabalho, mas também no sistema educacional. Como podemos notar:

Gasto em instituições de ensino (% do PIB) – 2000-08 (médias)

**Tabela 10**

	Anglo-saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2008	2000-2008	2000-2008
Gasto total - todos os níveis	5,1	5,7	6,4
Gasto público - todos os níveis	4,3	5,1	6,1
Gasto privado – todos os níveis	0,8	0,6	0,3
Gasto total - ensino básico	3,7	3,8	4,1
Gasto público - ensino básico	3,3	3,5	4,0
Gasto privado – ensino básico	0,4	0,3	0,1
Gasto total - ensino superior	1,3	1,3	1,7
Gasto público - ensino superior	0,8	1,1	1,6
Gasto privado – ensino superior	0,5	0,2	0,1

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p. 202

Em todos os níveis, sendo ele básico ou superior, os gastos públicos representaram um percentual maior que os gastos privados. O regime

Escandinavo foi o regime que apresentou um maior gasto dentre os três mencionados, 6,4%. Quando analisamos os gastos para redes privadas e pública, em todos os diferentes níveis de ensino, a porcentagem de gasto do PIB em sistema público em relação ao privado é maior no regime Escandinavo.

É notório que o sistema público ganhou relevância independente do regime apresentado quando se diz a respeito de investimento por parte do Estado. Isso, por consequência iria acarretar uma locomoção de indivíduos que até então se usufruíam do sistema privado para agora se matricular e instituições públicas, como forme demonstra o gráfico a seguir:

**Tabela 11**

Matrículas em instituições públicas (% do total) – 2000-07

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Ensino básico	82,5	66,5	92,3
Ensino superior	-	68,2	93,6

(médias)

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p .203

A porcentagem de indivíduos que se matriculavam em instituições públicas no regime Escandinavo é substancialmente maior com relação aos regimes Continentais e Anglo-Saxão. O gráfico demonstra que a defasagem no ensino básico, comparando Escandinavo e Anglo-Saxão é de 9,8 pp, enquanto em relação ao Continental, 25,8 pp. Quando analisado o ensino superior, em comparação ao Continental, 25,4 pp. Isso demonstra características fundamentais de determinados regimes, enquanto o Anglo-Saxão, como apresentamos na Tabela 5, apresentou uma parcela considerável no investimento do setor público, porém seu foco ainda estava atrelado a solidificação do mercado como uma alternativa para promoção do indivíduo o âmbito de classe social, desta forma o acesso ao ensino superior era exclusivamente privado, dado a concepção de que o privado era considerado como de melhor qualidade. Nesse ponto o Anglo-Saxão se contrapõem ao

Escandinavo que tinha como princípio a repartição da riqueza social total, isso inviabilizava o investimento no sistema público o que possibilitava um maior acesso dos indivíduos sociais a educação.

Esse cenário também é categorizado quando analisamos o auxílio financeiro estudantil. Um maior auxílio financeiro voltado ao ensino superior possibilita a sociedade uma maior participação na educação, seja ele por forma de empréstimos ou bolsas estudantis. Esse acesso por si capacita o agente social ao mercado de trabalho, ou seja, fortificando e consolidando a base econômica principal, em outras palavras, a mão de obra se torna acrescida de qualidade o que conseqüentemente retroalimenta o organismo econômico, formando assim um processo cíclico do capitalismo.

De acordo com o gráfico abaixo:

**Tabela 12**

Auxílio financeiro estudantil (% do gasto público em ensino superior) – 2000-2007 (médias)

	Anglo-Saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Auxílio financeiro estudantil	17,6	16,4	25,6
Empréstimos estudantis	8,3	3,7	7,5
Bolsas estudantis	9,3	12,7	18,1

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p. 205

Todos os regimes apresentados apresentam percentuais relativos com relação ao investimento do gasto público, destaque evidente ao regime Escandinavo. É possível afirmar que o critério de “Empréstimos estudantis” se torna mais relevante em um regime em específico, sendo ele o Anglo-Saxão. O critério de empréstimo estudantil é fortemente atrelado a capacidade do indivíduo dado que em algum momento esse empréstimo retorna aos cofres públicos, ou seja, o privilégio do benefício está direcionado ao uso dos



instrumentos do Mercado, como instituições privadas. Desta forma se conclui que o estudante, com um incentivo de empréstimo, retorna a esfera mercantil para que, através do seu esforço, possa adquirir uma melhor qualidade tanto a respeito de ofício no mercado de trabalho, como na esfera social classes.

A educação se torna o pilar fundamental para qualificação do indivíduo no mercado de trabalho, isso pois, um indivíduo “melhor educado” tende a desenvolver mecanismos e habilidades que possam auxiliar sua posição no mercado de trabalho.

A implementação dos regimes não foi apenas um fator fundamental para o desenvolvimento na área da educação, quando analisamos os níveis de empregos e desempregos é possível observar expressiva mudança.

**Tabela 13**

Taxa de desemprego (%) e taxa de emprego (%) – 1990-99 e 2000-07  
(médias)

	Anglo-Saxão		Continental		Escandinavo	
	1990-1999	2000-2007	1990-1999	2000-2007	1990-1999	2000-2007
<b>Desemprego</b>						
Desemprego (total)	10,0	4,8	7,2	6,7	8,7	6,6
Taxa de desemprego (< 25 anos)	16,6	10,5	15,1	14,0	16,8	15,3
Taxa de desemprego (mulheres)	9,5	4,3	8,6	7,2	8,5	6,8
<b>Emprego</b>						
Taxa de emprego (15 a 64 anos)	62,5	69,1	63,2	66,6	69,4	72,6
Taxa de emprego (15 a 24 anos)	48,1	52,1	43,3	44,7	45,1	48,6
Taxa de emprego (55 a 64 anos)	44,0	52,3	29,8	36,7	50,3	59,0
Taxa de emprego (mulheres)	53,6	61,1	54,2	59,6	66,4	69,8

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p.207

As taxas de desempregos decaíram em comparação a década de 1990-1999 e 2000-2007 em todos os regimes apresentados. É importante ressaltar que mesmo diversificando os regimes, todos acima se preocupam efetivamente com relação a capacidade de empregar no mercado. A lógica por trás se faz bem simples, quanto mais pessoas empregadas, maior é a geração de renda.

Essa geração de renda acaba por impulsionar de forma direta e indireta a arrecadação que por sua vez alimenta a cadeia de benefícios os quais os indivíduos se encontram englobados.

Apesar as diferenças apresentadas no âmbito de educação e geração de emprego que observamos nos dados acima, é importante ressaltar o panorama com relação ao sistema de saúde.

**Tabela 14**

Composição do financiamento dos serviços de saúde (% do total) – 2000-07 (médias)

	Anglo-saxão	Continental	Escandinavo
	2000-2007	2000-2007	2000-2007
Impostos	77,5	8,2	74,9
Contribuições	0,3	68,3	4,8
Planos privados	5,4	8,8	1,3
Pagamentos diretos	12,9	13,8	17,1
Outros	3,9	0,9	2,0

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p. 196

Os três regimes apresentaram características diferentes quanto ao fornecimento e direcionamento do sistema de saúde. Enquanto os regimes Anglo-Saxão e Escandinavo protagonizam a composição de seus financiamentos em impostos, o regime Continental evidencia o seu sustento com uma alta parcela de Contribuições. Nota-se a participação dos planos privados. Apesar de não ser um protagonismo total, sua elevada porcentagem retrata que, muitas das vezes, o serviço público não se encontra totalmente suficiente para a demanda social, ocasionando uma fuga dessa demanda as possibilidades do mercado. O serviço oferecido pelo mercado é muitas vezes estimulado de forma indireta ou direta pelo Estado através de planos de saúde. (Paulo José Whitaker Wolf, 2015)

Mesmo com a divergência da composição de financiamento dos serviços de saúde, é notório que houve uma melhora substancial na sociedade como nos índices de mortalidade infantil e expectativa de vida.

**Tabela 15**

Mortalidade infantil (por 1000) e expectativa de vida (anos) –  
1980-89, 1990-99 e 2000-07 (médias)

	Anglo-Saxão			Continental			Escandinavo		
	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2007	1980-1989	1990-1999	2000-2009
Expectativa de vida	74,1	76,2	78,5	74,9	77,1	79,2	75,4	76,9	78,9
Mortalidade Infantil	9,7	6,4	5,0	9,5	6,0	4,3	6,9	4,9	3,5

Fonte: OCDE (2009a), citado em Paulo José Whitaker Wolf, 2015, p.198

Tanto quanto a mortalidade Infantil como a expectativa de Vida apresentou uma melhora efetiva em todos os países englobados em duas décadas, com um crescimento em média de 5 anos com a expectativa de vida e a mortalidade reduzida pela metade.

Por fim, a implementação dos regimes, por mais que diferenciados entre si ocasionaram uma importante alteração na sociedade que promoveu não apenas feitos econômicos, como sociais também. Com o aumento dos gastos sociais, investimentos em setores de saúde e educação, a cadeia produtiva se beneficiou de forma direta ou indireta e isso ocasionou não apenas em uma melhora do PIB, mas uma melhora do PIB per capita. A diminuição das taxas de pobreza, menores desigualdades, menor número de desempregados são por si feitos de uma estratégia de implementação de benefícios social não apenas como um fim para a cadeia produtiva, mas também um meio de desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

## 6 Conclusão

Esse texto tem como objetivo possibilitar ao leitor se posicionar a respeito do contexto pós-1945 e refletir sobre como uma nova ferramenta de estrutura capitalista pôde ser implementada dado o momento histórico o qual estava inserida. Essa nova ferramenta de estrutura capitalista não necessariamente surgiu após 1945, mas é evidente que seu auge se deu naquela época e proporcionou o surgimento, em específicos nos países europeus, de um novo modelo de Estado que passou a focalizar uma parte de suas ações para a estrutura social e econômica em seu âmbito interno, ou seja, a sociedade que ele representava, modelo esse que seria incorporado por diversos países posteriormente. As diferentes formações desse “novo” Estado nos países europeus dificultam um argumento generalizado sobre o motivo pelo qual ele veio a surgir e sobre seus objetivos. Isso pois as categorizações relatadas por Esping-Anderson (1991) e a diversidade de ideias dos autores aqui tratados denotam a existência de diferentes tipos de Estados de bem estar social e seus resultados econômicos e sociais.

Quando falamos, neste texto, de uma “perpetuação” do sistema capitalista, ou sua possível manutenção pós-1945, é necessário compreender que a dinâmica social se alterou. Existia a necessidade de evitar uma possível crise econômica futura e fomentar uma estabilidade social possibilitando assim acesso do indivíduo àquilo que é considerado o “mínimo”, como: saúde, educação e emprego. O “mínimo” não se caracteriza por ser uma condição ambígua ao mercado, ou seja, não são condições dadas ao indivíduo que não afetariam, de forma direta ou indireta, a engrenagem econômica. Pelo contrário, um indivíduo com acesso à educação e a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho poderiam contribuir ainda mais a uma cadeia produtiva que se tornava cada vez mais especializada.

Outro ponto importante é que a possibilidade de seguridade com relação à instabilidade econômica gerava uma maior liberdade com relação aos gastos individuais. Com novos produtos sendo criados e uma expansão de oportunidades, até então não vistas, com relação ao acesso que o mercado possibilitava (veículos automotivos, aparelhos eletrônicos, turismo e entre outras) o nível de consumo aumentou que por consequência aumentava a renda do Estado por meio de tributos e do mercado que contribuía com nova geração de empregos.

A engrenagem econômica não só se mantinha funcionando como se fortalecia. Os resultados econômicos eram repassados à sociedade através dos mecanismos do Estado de bem-estar social em algum grau. Esse repasse não apenas contribuiu para a geração de riqueza, como aumento do PIB (Tabela 4 e 5), mas também para um menor grau de desemprego (Tabela 12), menor taxa de pobreza (Tabela 8), maior inserção geral da população nos ensinos básicos e superiores (Tabela 10), maior expectativa de vida (Tabela 14) e menor taxa de mortalidade (Tabela 14). Independentemente do tipo de Estado de bem-estar social a melhoria foi visível, não necessariamente em comparação progressiva as décadas que se passaram após a implementação dos regimes. Também é necessário evidenciar que no contexto histórico econômico a relevância do Estado de Bem-Estar Social é relatada nas obras de Hobsbawm (1995) e Frieden (2008) como um fator de certa importância para que a manutenção do sistema capitalista pudesse ocorrer. Sua

importância social e econômica permitiu uma sensação de segurança, em um período de pós guerra, onde a instabilidade econômica e social vivenciada nos anos anteriores possibilitou uma maior sensibilidade social com relação a um regime que instaurasse a sensação de proteção.

Conclui-se, portanto, que a implementação dos regimes, apesar de serem de natureza distintas, foram determinantes em diferentes graus para que diferentes índices pudessem melhorar no contexto social, sendo eles de importância fundamental no contexto social que pudesse não apenas se manter no determinado nível considerado “confortável”, mas melhorar. Essa característica foi relevante no sentido de permitir ao sistema capitalista uma base sólida social em comparação ao passado imediato. Em virtude dessa base sólida, o futuro de possibilidade de crescimento e expansão econômica se tornava provável e viável, condição essa necessária para que o sistema se perpetuasse. No contexto histórico econômico a relevância

## **7 Referências Bibliográficas**

ARRETCHE, Marta TS. "Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas." *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais* 39 (1995): 3-40.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "As três economias políticas do Welfare State." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (1991): 85-116.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "Power and distributional regimes." *Politics & Society* 14.2 (1985): 223-256.

FRIEDEN, Jeffry. "Capitalismo Global: História Econômica e Política do Século XX". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. "A era dos extremos: o breve século XX". São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORO, Ana Elisa Ferreira. O modelo de welfare state social-democrata de Esping-Andersen: uma reconstituição de seus princípios. 2014. 116 p. Diss.

Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

OFFE, Claus. "Problemas estruturais do Estado capitalista". Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

SAES, Flávio Azevedo Marques de e SAES, Alexandre Macchione. "História econômica geral". São Paulo: Saraiva. Acesso em: 26 jul. 2022, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Origem e Desenvolvimento do Welfare State. Revista de Políticas Públicas, São Luís, MA, v. 1, n.1, p. 77-104, 1995.

TRINTIN, Jaime Graciano e ROSSONI, Sandra dos Reis M. "Os anos dourados do capitalismo: breve abordagem sobre o crescimento capitalista." Akropolis–Revista de Ciências Humanas da UNIPAR 7.27 (1999): 49-60.

WOLF, Paulo José Whitaker e OLIVEIRA, Giuliano Contento de. "Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades." Economia e Sociedade 25 (2016): 661-694.